



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório contém as principais informações sobre o desempenho operacional e econômico-financeiro da Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., relativos ao ano de 2015.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

A instabilidade política durante o ano de 2015 teve impacto direto no campo econômico. A incapacidade de aprovação de medidas que promovessem ajuste fiscal fez com que 2015 encerrasse com uma deterioração das contas públicas e queda substancial nos índices de confiança setoriais que, somados, culminaram com a perda do grau de investimento do país em duas das três grandes agências avaliadoras de risco.

Além disso, o desemprego, que continuava em um nível consideravelmente contido, apesar do mau desempenho da economia nos últimos anos, e a inflação, que se manteve dentro do teto da meta, contribuíram, em 2015, para a deterioração dos índices econômicos apresentando altas históricas.

A exceção foi a balança comercial que apresentou um superávit de US\$ 19,7 bilhões em 2015, superando as expectativas do mercado, com destaque para o aumento na participação de produtos manufaturados no total das exportações e a diminuição no ritmo de retração das exportações.

O saldo total do crédito bancário, considerando as operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 3.217 bilhões, em dezembro de 2015, uma expansão de 6,6% nos últimos doze meses. Em dezembro de 2014, a expansão foi de 11,3%.

Em 2015, o mercado de crédito foi sustentado pelos bancos públicos, com 56,0% de participação na carteira total e crescimento de 10,9% no ano.

O crédito para pessoas jurídicas cresceu 6,3%, sendo que o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) expandiu 6,4% no ano.

Para o ano de 2016, a previsão é de que o volume de crédito ofertado pelas instituições financeiras deve continuar decrescendo. O Bacen projeta uma expansão de 7% para o volume total de empréstimos dos bancos em 2016. A inadimplência teve alta em 2015, passando de 2,7% em dezembro de 2014 para 3,4% em dezembro de 2015. A inadimplência de pessoa jurídica (recursos livres) foi de 4,5%.

3. DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

A Desenvolve SP é uma instituição financeira de desenvolvimento, que atua em todo o Estado de São Paulo, e oferece seus produtos e serviços destinados a atender prioritariamente as empresas de pequeno e médio porte. Com sede no município de São Paulo, a Agência de Fomento do Estado de São Paulo iniciou suas atividades em março de 2009, com capital integralizado de R\$ 1 bilhão, e faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo, sendo vinculada à Secretaria da Fazenda.

A Desenvolve SP acredita que o crédito consistente pode transformar de forma positiva a economia paulista, gerando mais emprego e renda, e que com o financiamento de longo prazo é possível investir em tecnologia, inovação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e preservando os recursos naturais.

Missão: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

Visão: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Valores: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

3.1. Público Alvo

A Desenvolve SP atende as empresas instaladas e com sede no Estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, dos setores produtivos: indústria, comércio, agronegócio e serviços.

Para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve SP atua apenas como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

4. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Vinculada à Secretaria da Fazenda e com capital integralizado de R\$ 1 bilhão, a Desenvolve SP atua de forma integrada com as entidades do Governo Estadual, constituindo-se em um mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação associados ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas, a Desenvolve SP busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes. Além disso, a instituição trabalha para desenvolver novos negócios que atendam às necessidades de seus clientes e que agreguem valor à empresa. Para isso, a instituição atua por meio de Programas de Governo, Linhas de Financiamento, Fundos de Desenvolvimento, Fundos de Investimento e Parcerias.

Em 2015, a Desenvolve SP realizou a revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2016 a 2019, que se deu de maneira participativa, envolvendo colaboradores de vários níveis hierárquicos e demais stakeholders. A revisão do Planejamento Estratégico propôs consolidar objetivos estratégicos atuais e criar outros necessários, traçando novos rumos para os próximos anos.

Principais Diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico:

• Relação com o Governo: A Desenvolve SP buscará fortalecer a relação com o Governo do Estado de São Paulo ao participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e reduzindo as diferenças regionais.

• Inovação: A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação é a grande oportunidade para o aumento da produtividade e o caminho para alcançar o crescimento econômico. Para tanto, fomentará iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

• Autosustentabilidade: A sustentabilidade financeira é fundamental para qualquer organização e um dever quando a instituição é provedora de recursos públicos. Assim, a Desenvolve SP irá assegurar a autosustentabilidade de forma a ampliar e aprofundar o papel da instituição na economia paulista, gerindo seus ativos com transparência, ética e responsabilidade.

• Excelência Operacional: A Desenvolve SP enfatizará sua busca pela excelência em seus processos operacionais, tecnológicos e humanos, visando ao aumento da produtividade e promovendo a cultura e integração organizacional. Cabe ressaltar que, para atingir essa excelência é necessário um compromisso de políticas e estratégias eficientes de gestão, e integração de esforços da instituição e do Governo do Estado para o bem da sociedade.

4.1. Programas de Governo e Linhas de Financiamento

Por meio de operações de crédito consistente e de longo prazo, a Desenvolve SP promove o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, para as pequenas e médias empresas paulistas e, por meio das linhas de financiamento para o setor público, a instituição incentiva o crescimento dos municípios e contribui para a melhoria da qualidade de vida da população paulista.

A Desenvolve SP disponibiliza 27 linhas de financiamento a diversos setores e públicos e, em 2015, lançou quatro novas linhas: Linha Inovacred Expresso, Linha BNDES Profarma, Linha BNDES Finame Componentes e Linha BNDES Exim Pré-embarque.

4.2. Fundos Garantidores

Os fundos garantidores são uma alternativa para os pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes, como imóveis, veículos, recebíveis, dentre outros, para serem utilizadas nas solicitações de crédito.

• Fundo de Aval (FDA): O FDA, operado e administrado pela Desenvolve SP desde 2009, conta com recursos do Tesouro Estadual e se aplica a todas as linhas de financiamento (exceto para operações de capital de giro), para pequenas empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões. O FDA já foi utilizado em 137 operações, comprometendo R\$ 1,0 milhão de seus recursos. Possui um patrimônio de R\$ 15,9 milhões e limite de prestação de garantia de R\$ 127,6 milhões.

• Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe): O fundo de aval do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é um fundo garantidor para pequenas empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões, operado pela Desenvolve SP desde janeiro de 2012, com a finalidade exclusiva de complementar as garantias exigidas pelas instituições financeiras. O Fampe já foi utilizado em 81 operações, comprometendo o montante de R\$ 5,3 milhões de seus recursos. O fundo ainda dispõe de R\$ 18,6 milhões para a garantia de novas operações.

• Fundo Garantidor para Investimentos (FGI): A Desenvolve SP está habilitada a operar o FGI, fundo garantidor do BNDES, como opção para garantia de suas operações com repasses do BNDES, Finep e recursos próprios. O FGI tem o objetivo de facilitar a obtenção de crédito de pequenas e médias empresas com receita bruta anual de até R\$ 90,0 milhões. Do início de sua operação, junto à Desenvolve SP, em julho de 2010, até dezembro de 2015, o FGI já foi utilizado em 252 operações, com valores comprometidos de R\$ 45,3 milhões.

• Fundo Garantidor de Operações (FGO): A Desenvolve SP, em outubro de 2014, subscreveu cotas para início da operacionalização do Fundo Garantidor administrado pelo Banco do Brasil, o qual tem como finalidade garantir risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pela Desenvolve SP, para empresas com receita bruta anual de até R\$ 90,0 milhões. Do início de sua operação, junto à Desenvolve SP, em dezembro de 2014, o FGO já foi utilizado em nove operações, com valores comprometidos de R\$ 3,6 milhões.

4.3. Fundos de Desenvolvimento

A partir da divulgação da Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento de São Paulo, de 16 de julho de 2010, a Desenvolve SP iniciou suas atividades de administradora dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento, conforme previsto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001. Além do Fundo de Aval (FDA), a Desenvolve SP administra os seguintes fundos:

- Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet)
- Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funcac)
- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR)

Estão em tratativas as transferências do Fundo Estadual de Controle da Poluição (Feocp), do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec) e do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (Fides).

O Fundo Estadual de Saneamento Básico (Festb) e o Fundo Estadual de Saneamento (Fesan) serão transferidos após a conclusão da transferência e operacionalização dos fundos citados acima.

4.4. Fundos de Investimento em Participações

A Desenvolve SP investe hoje em cinco Fundos de Investimento em Participações de diferentes características. A colaboração vai além do investimento de capital, podendo trazer relacionamentos com outras empresas e novos mercados, apoio à gestão profissional e suporte estratégico focado no crescimento da empresa.

• Fundo Inovação Paulista
O Fundo Inovação Paulista foi idealizado pela Desenvolve SP e faz parte do Programa São Paulo Inova. Tem como investidores institucionais a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), além de investidores privados. Seu foco setorial são empresas inovadoras nos setores de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde instaladas no Estado de São Paulo, possuindo um capital subscrito de R\$ 105 milhões. O Fundo Inovação Paulista, iniciado em dezembro de 2013, investiu, até dezembro de 2015, em nove empresas.

• Fundo de Investimento em Participação Aeroespacial
A Desenvolve SP também é uma das investidoras do Fundo de Investimento em Participação Aeroespacial, de abrangência nacional, destinado aos setores aeroespacial, defesa, segurança e integração de sistemas, cujos outros investidores são a Finep, o BNDES Participações S.A. (BNDESPar) e a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer). Com capital subscrito de R\$ 131,3 milhões, o Fundo Aeroespacial iniciou suas atividades em setembro de 2014 e já realizou investimento em três empresas.

• Fundo Performa Investimentos SC-I
O Fundo Performa Investimentos SC-I tem como objetivo o investimento em empresas emergentes inovadoras localizadas no Estado de São Paulo e tem foco em investimentos nos setores de tecnologias sustentáveis (clean tech), biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação. Com capital subscrito de R\$ 26,0 milhões, fechou sua captação em 2015 com investimento em sete empresas.

• Fundo CRP Empreendedor
O Fundo CRP Empreendedor é um Fundo de Investimento em pequenas e médias empresas emergentes e inovadoras nacionais. Tem como foco empresas dos setores de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais. Com capital subscrito de R\$ 100,7 milhões, fechou sua captação em 2015 com investimento em seis empresas.

• Fundo BBI Financeiro I
O Fundo BBI Financeiro I tem como objetivo o tema de ciências da vida e atua com foco setorial em empresas biotecnológicas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e bioquímicos, localizadas em todo Brasil. Com capital subscrito de R\$ 176,4 milhões, já foram investidas cinco empresas pelo fundo.

Até 31 de dezembro de 2015, trinta empresas foram investidas por meio desses fundos, das quais vinte e quatro estão localizadas no Estado de São Paulo.

Em novembro de 2015, o Governo do Estado de São Paulo lançou o InfraPaulista, fundo de investimento para viabilizar projetos de infraestrutura em municípios paulistas. A iniciativa, inédita no país, pretende atrair investidores para projetos de áreas que resultem em melhoria da infraestrutura de portos, aeroportos, geração de energia limpa e transporte sobre trilhos, resíduos sólidos, logística, dentre outros.

Os projetos que serão apresentados ao InfraPaulista deverão ser elaborados e realizados pela iniciativa privada e precisarão demonstrar sustentabilidade financeira e elevado interesse público, resultando na melhoria da infraestrutura dos municípios paulistas. O retorno do investimento do fundo nos projetos se dará por meio dos modelos de parcerias público-privadas (PPPs), concessões ou operações exclusivamente privadas.

4.5. Parcelas

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a Desenvolve SP abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Foram formalizadas, até 31 de dezembro de 2015, 23 parcerias com órgãos de classe e entidades representativas do segmento empresarial, e 50 parcerias com fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos por meio do Financiamento a Comercialização, ferramenta criada para dinamizar a comercialização de máquinas e equipamentos, totalizando 73 parcerias.

A Desenvolve SP tem, ainda, acordo de cooperação firmado com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), as Indústrias Romi, o KfW Bankengruppe (KfW), agente financeiro do Governo Federal Alemão, o Sebrae-SP, a Finep, dentre outros.

Durante o ano de 2015, a Desenvolve SP participou de 62 feiras e eventos, junto com seus parceiros, para divulgação das linhas de financiamento.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2015 um lucro líquido de R\$ 43,3 milhões.

Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.039 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2015, foi de 4,15%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 102,7 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 47,6 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 55,1 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.473 milhões, em 31 de dezembro de 2015, composto por 71,0% de operações de crédito (67,2% de recursos próprios e 3,8% com recursos de terceiros), 22,9% de títulos e valores mobiliários e 6,1% de outros ativos.

6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1. Desempenhos

Desde 2010, a Desenvolve SP vem priorizando financiamentos a projetos de investimento. Em 2015, 91,3% dos desembolsos foram direcionados a esse segmento. Em 2010 esse percentual foi de 38,4%.

Neste ano, os desembolsos somaram R\$ 352,9 milhões. Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram R\$ 2.069,2 milhões, sendo 69,1% liberados com recursos próprios e 30,9% com recursos de terceiros.

Em 2015, 189 empresas de 102 cidades receberam recursos, sendo que, dos desembolsos, 14,8% foram liberados para empresas da cidade de São Paulo, 6,8% para empresas da cidade de Catanduva e 6,1% para empresas da cidade de São José dos Campos.

O setor público teve 37,1% de participação no desembolso total de 2015, seguido pelo setor de serviços com 29,6%, setor da indústria com 28,7%, setor de comércio com 4,3% e setor de agronegócio com 0,3%.

No setor privado, os desembolsos para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) totalizaram R\$ 172,3 milhões, 77,6% do total do setor privado em 2015.

Destacam-se em 2015, para o setor privado, os desembolsos realizados por meio da Linha de Financiamento ao Investimento Paulista, que financia projetos de implantação, ampliação e modernização da capacidade produtiva, além da compra de máquinas e equipamentos e atende todos os setores da economia, totalizaram R\$ 50,9 milhões, 14,4% do total desembolsado no ano.

O Programa Saúde SP, linha para financiamento às Santas Casas Paulistas e instituições filantrópicas de saúde, teve um desembolso total de R\$ 34,8 milhões, 9,9% do total de desembolsos no ano, atendendo cinco instituições.

Os desembolsos por meio da Linha Economia Verde, que financia projetos sustentáveis, foram de R\$ 36,1 milhões, em 2015, 10,2% do total de desembolsos no ano, e os desembolsos realizados por meio de repasses da Linha Finame, do BNDES, que tem como finalidade financiar a aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação novos, foram de R\$ 30,3 milhões, 8,6% do total desembolsado no ano.

Para o setor público foram desembolsados, em 2015, R\$ 131,0 milhões, o maior volume em um ano para o setor, 85,6% maior do que em 2014, sendo R\$ 72,2 milhões para a Linha Via SP, destinada a projetos para execução de obras de pavimentação urbana, recape e pavimentação de vicinais, que representou 55,1% do total dos desembolsos para o setor público e 20,5% do total dos desembolsos em 2015, atendendo 23 municípios.

Destaque, também, para a Linha Distrito Industrial, que financia projeto municipal destinado à adequação ou construção de distritos industriais, compreendendo a infraestrutura básica para a instalação de parques industriais, com um total de R\$ 26,2 milhões, crescimento de 130,3% em relação a 2014, representando 20,0% do total dos desembolsos para o setor público e 7,4% do total de desembolsos de 2015, atendendo nove municípios.

6.2. Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 1.116 milhões, em 31 de dezembro de 2015, um crescimento de 10,9% se comparado com 2014. Segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), o mercado de crédito para pessoa jurídica cresceu 6,3% no ano de 2015.

As operações de financiamento para projetos de investimento são as de maior representatividade, com 73,1% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do Estado de São Paulo.

As operações de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos representaram 23,9%, e o capital de giro 3,0% do total da carteira.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 22,8% de operações com vencimento de até 360 dias e 77,2% acima de 360 dias. Vale destacar que 90,4% da carteira está classificada entre os ratings "AA" e "C".

O Índice de Inadimplência¹ fechou 2015 em 4,77%.

7. APOIO À INOVAÇÃO

A Desenvolve SP entende que investir em inovação se tornou um grande diferencial competitivo para as empresas. O desenvolvimento tecnológico, a qualificação e diferenciação do produto possibilitam que a empresa obtenha destaque comercial, além de se tornar uma forma de driblar a concorrência, alterando o cenário competitivo no

fatores como qualidade, diferenciação ou exclusividade de produto.

Com cinco linhas de financiamento disponíveis para inovação, sendo estas a Linha de Incentivo à Tecnologia, a Linha de Incentivo à Inovação, a Linha Inovacred, a Linha Inovacred Expresso e a Linha BNDES MPME Inovadora, a Desenvolve SP desembolsou R\$ 28,7 milhões, sendo que 79,9% desses foram desembolsados em 2015. Os desembolsos para inovação representaram 6,5% do total de 2015, 5,3 p.p. maior que em 2014.

As micro e pequenas empresas representam 56,0% do desembolso acumulado, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo.

A Desenvolve SP, também, possui parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com vistas ao apoio às empresas emergentes inovadoras, e com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com o objetivo de oferecer financiamento a projetos inovadores por meio do Programa Inovacred.

Em 2015, a Desenvolve SP participou e apoiou diversas feiras e eventos com o intuito de promover as linhas de financiamento voltadas à inovação, com destaque para os atendimentos realizados em sete Parques Tecnológicos, o Seminário de Inovação, no Parque Tecnológico de Sorocaba, o Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, promovido pelo Sebrae, dentre outros.

7.1. Movimento pela Inovação

Transformar ideias inovadoras em negócios de sucesso: esse é o objetivo do Movimento pela Inovação, iniciativa da Desenvolve SP para impulsionar os investimentos em inovação no Estado de São Paulo que, por meio de reuniões periódicas com todas as instituições participantes e organismos multilaterais do campo da inovação e da pesquisa, dentro de incubadoras, aceleradoras, universidades e parques tecnológicos, atende os interessados em tirar projetos inovadores do papel, demonstrando que a inovação está ao alcance de todos.

Em apoio às startups, pequenas e médias empresas, e pesquisadores, a Desenvolve SP lançou, em junho de 2015, o projeto, que já percorreu seis parques tecnológicos em diferentes regiões do Estado e conta com o apoio de diversas instituições ligadas à pesquisa, tecnologia e inovação, como a Fapesp, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), o Centro Paula Souza, o Sebrae-SP, a Finep, o BNDES, dentre outros.

Em 2015 foram realizados seis encontros, nas cidades de Campinas, Piracicaba, São Carlos, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto, atendendo 78 empreendedores. Durante os eventos, uma equipe técnica da Desenvolve SP prestou atendimento individual aos empresários e pesquisadores para indicar o melhor apoio, que vai desde uma linha especial de financiamento e subvenção (não reembolsável), até aportes via venture capital, por meio de Fundos de Investimento em Participações, ou apenas orientar na busca de um parceiro para ajudar o empreendedor a desenvolver melhor seu projeto de inovação.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Durante seus seis anos de existência, a Desenvolve SP, sempre atenta às constantes mudanças no mundo e no ambiente corporativo, buscou aprimorar seus processos de tomada de decisão e fortalecer o seu posicionamento de instituição que se preocupa com todos os seus parceiros de negócios e demais partes relacionadas (stakeholders).

Baseada nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, a Desenvolve SP prima pelas boas práticas de Governança Corporativa, que são constantemente aprimoradas.

A Desenvolve SP, por meio da Ouvidoria e do Canal do Colaborador, além de atender às exigências legais, fortalece suas diretrizes e princípios de Governança Corporativa, estimulando a melhoria de seus processos e incentivando a cultura do ouvir e agir com justiça.

9. GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2015 com 162 colaboradores ativos, além de quatro Diretores, dezenove estagiários e seis jovens aprendizes.

A Desenvolve SP acredita que valores morais como respeito, seriedade, honestidade e lealdade fazem parte da conduta e postura profissional de seus colaboradores, espelhados em seu Código de Ética e Conduta.

Em 2015, em consonância com os objetivos da Desenvolve SP, foram realizadas as seguintes ações:

- Programa de Desenvolvimento de Estagiários;
- Programa Jovem Aprendiz;
- Plano de Desenvolvimento Profissional;
- Participação na Comissão de Recursos Humanos da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE);

- Participação no Grupo de Gestores de Recursos Humanos do Estado de São Paulo.

10. DESTAQUES EM 2015

✓ A Desenvolve SP completou, em março, seis anos de atuação, ajudando no desenvolvimento da economia paulista e na melhoria da qualidade de vida da população.

✓ A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) da Desenvolve SP entrou em vigor em março de 2015. O objetivo da política é estabelecer diretrizes socioambientais a serem seguidas pela Desenvolve SP no seu relacionamento com todos os clientes internos e externos, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

✓ Lançamento, em abril, do novo site da Desenvolve SP, que apresenta um novo layout, além de um conteúdo voltado para os empresários, ao tema inovação, novas ferramentas e vídeos tutoriais.

✓ Lançamento, em maio, do novo site do Canal do Empreendedor, elaborado para apoiar o planejamento das pequenas e médias empresas. Sua homepage ganhou novos recursos para dar mais ênfase ao conteúdo e serviços oferecidos, sendo um dos principais destaques a criação de seções para tratar sobre inovação, startups e economia criativa.

✓ Lançamento das Linhas: Inovacred Expresso, BNDES Profarma, BNDES Finame Componentes e BNDES Exim Pré-embarque.

✓ Criação, em junho, do Movimento pela Inovação - Incentivando a inovação nas pequenas e médias empresas paulistas.

✓ Implementação, em julho, do Canal do Colaborador. O Canal do Colaborador, canal de comunicação interno, é responsável por ouvir e dar atendimento às críticas, denúncias, elogios, reclamações e sugestões de seus colaboradores, relacionados ao escopo de atuação da Desenvolve SP.

✓ Lançamento do Guia Rápido do Movimento pela Inovação, ferramenta digital de ajuda a startups, empreendedores, e pequenas e médias empresas para que estas elaborem projetos de investimentos e saibam onde obter recursos para inovação de produtos e serviços.

✓ Lançamento, em setembro, da primeira edição do Pitch Gov SP, programa da Associação Brasileira de Startups (ABStartups) em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, que busca startups com soluções inovadoras para demandas em áreas como saúde, educação e facilidades ao cidadão. As startups que tiverem seus projetos aprovados poderão buscar apoio no Fundo de Inovação Paulista, criado pela Desenvolve SP.

✓ A Desenvolve SP atingiu, em outubro, a marca acumulada de R\$ 2 bilhões em financiamentos para empresas e prefeituras paulistas.

✓ O Governo do Estado de São Paulo lançou, em novembro, o InfraPaulista, fundo de investimento para viabilizar projetos de infraestrutura em municípios paulistas.

✓ A Desenvolve SP recebeu o prêmio "As empresas mais Éticas do Brasil". O prêmio, do Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, tem como principal objetivo fazer com que as empresas participantes sirvam de modelo, de referencial, de motivação e de inspiração às demais empresas em atuação no país, a fim de que possam seguir passos virtuosos e vitoriosos das mais Éticas do Brasil.

✓ Revisão do Planejamento Estratégico da Desenvolve SP para o período de 2016 a 2019. A revisão, que foi aprovada em dezembro, propôs consolidar objetivos estratégicos atuais e criar outros necessários, traçando novos rumos para os próximos anos.

¹ Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)				
ATIVO	Nota	31.12.2015	31.12.2014	
Circulante		295.090	562.674	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	10.335	325.086	
Carteira própria		10.335	325.086	
Operações de crédito	7	227.848	227.302	
Setor público		72.629	45.711	
Setor privado		181.685	195.283	
(Provisão para operações de crédito)		(26.466)	(13.692)	
Outros créditos	12	21.192	8.916	
Créditos Tributários		20.418	8.275	
Rendas a receber		560	428	
Diversos		214	213	
Outros valores e bens	35.715	1.370		
Bens não de uso próprio		35.683	1.181	
Despesas antecipadas		32	189	
Não				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no artigo 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Em 19/02/2016, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Alterações na Lei das S.A. (Lei nº 6.404) A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações).

Com vistas a regularizar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou/revisou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2013, sendo que os recepcionados pelo Banco Central do Brasil foram:

Table with columns: Pronunciamento Técnico, Data da Divulgação, IASB, BACEN Resolução CMN. Lists various CPC resolutions and their effective dates.

Com exceção dos pronunciamentos relativos à Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandam adequações na elaboração das Demonstrações Financeiras da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos.

4 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e valores mobiliários Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito 1. Operações de crédito e obrigações por repasse Os rendimentos de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

2. Provisão para perdas em operações de crédito A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme tratado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

3. Renegociações As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Outros Valores e Bens Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

f) Ativo permanente O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
• 20% para sistemas de processamento de dados;
• 20% para intangíveis.

g) Demais ativos e passivos Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

h) Tributos Os tributos são apurados, conforme alíquotas abaixo:

Table with columns: Tributo, Alíquota. Lists tax rates for Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS, etc.

i) Utilização de Estimativas As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

j) Contingências A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Títulos e valores mobiliários, Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, Composição da carteira.

Table with columns: Curto prazo, Longo prazo, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Cotas de Fundos de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP, etc.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do balanço. Em 31/12/2015, estavam assim compostas:

Table with columns: Fundo, Capital Subscrito, Capital Integralizado, Atualizado/Contábil, Valor. Lists various investment funds.

7 - Operações de crédito a) Carteira por modalidade

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Financiamentos, Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento, Empréstimos, etc.

Table with columns: 2º Semestre/2015, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Receitas de operações de crédito, Financiamentos, Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento, etc.

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Table with columns: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Parcelas Vencidas, 01 a 30, 31 a 60, etc.

e) Operações vencidas acima de 59 dias.

f) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Table with columns: Nível de Risco, Provisão %, Valor das Operações, Provisão, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Total.

g) Informações complementares

Table with columns: 2º Semestre/2015, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Saldo Inicial, Créditos baixados para prejuízo, Provisão constituída, Saldo Final.

h) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for BNDES, FINAME, FINEP, Total.

9 - Outras obrigações a) Sociais e estatutárias

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Juros sobre o capital próprio, Dividendos, Participação nos lucros, Total.

b) Fiscais e previdenciárias

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Imposto de Renda, Contribuição Social, Impostos e contribuições sobre salários, COFINS, PIS, Outros, Total.

c) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (a)

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Programa Incentivo ao Investimento Esportivo, Programa Renova SP, Total.

(a) Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, destinados a subsidiar os juros das parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento.

d) Outras Obrigações - Diversas

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações, Provisões para despesas de pessoal, Fornecedores, etc.

10 - Patrimônio líquido a) Capital social

O capital social de R\$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07/10/2011, foi deliberado que, a partir de 2011, sejam distribuídos 100% do lucro líquido apurado no exercício, observando o limite máximo da distribuição do lucro sobre a forma de juros sobre capital próprio, estabelecido pela legislação, sendo o restante distribuído na forma de dividendos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2015, está demonstrado a seguir:

Table with columns: 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Lucro Líquido, (-) Reserva Legal, Base de Cálculo Ajustada, Juros sobre o capital próprio, Dividendos, Total.

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

Table with columns: 2º Semestre/2015, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Lucro líquido do período, Número de ações, Lucro por ação (R\$), Reserva legal.

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

11 - Desdobramento das contas de resultado a) Despesas de pessoal

Table with columns: 2º Semestre/2015, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Proventos, Encargos sociais, Benefícios, Honorários de diretores e conselheiros, Tratamento, Estagiários, Total.

b) Outras despesas administrativas

Table with columns: 2º Semestre/2015, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Propaganda e publicidade (a), Processamentos de dados, Serviços técnicos especializados, Patrocínios e relações públicas (a), Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.), Contribuições filantrópicas, Transporte, Manutenção e conservação de bens, Serviços de terceiros, Amortização, Publicações, Comunicações, Viagem no país, Vigilância e segurança, Água, energia e gás, Depreciação, Materiais de Escritório, Serviços do sistema financeiro, Viagens no exterior, Total.

(a) Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

c) Despesas tributárias

Table with columns: 2º Semestre/2015, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Contribuição ao COFINS, Contribuição ao PIS, ITBI, ISSQN, Outras, Total.

Table with columns: 31.12.2015, Participação, 31.12.2014, Participação. Rows for Carteira por setor de atividade econômica, Setor Público, Administração Direta, Atividades Empresariais, Setor Privado, Outros serviços, Indústria, Comércio, Pessoas Físicas, Total.

Operações em Curso Normal

Table with columns: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Parcelas Vencidas, 01 a 30, 31 a 60, etc.

Operações em Curso Anormal (a)

Table with columns: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Parcelas Vencidas, 01 a 30, 31 a 60, etc.

d) Outras receitas operacionais

Table with columns: 2º Semestre/2015, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Administração de Fundos de Desenvolvimento, Recuperação de Encargos e Despesas, Reversão de Provisões Operacionais, Outras, Total.

12 - Imposto de renda e contribuição social a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Table with columns: 2º Semestre/2015, 2015, 2014. Rows for IRPJ, CSLL, IRPJ, CSLL, IRPJ, CSLL.

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações 2.505 2.505 55.130 55.130 50.303 50.303

Participação dos empregados (1.406) (1.406) (2.713) (2.713) (2.343) (2.343)

Resultado após a participação dos empregados 1.099 1.099 52.417 52.417 47.960 47.960

Encargo do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15% (274) (164) (13.104) (7.861) (11.990) (7.194)

Efeito do aumento da CSLL de 15% para 20% - (1.264) - (1.264) - -

Ajustes para Cálculo de IR e CSLL: Total das Adições (14.000) (8.355) (17.404) (10.359) (11.462) (6.796)

Total das Exclusões 2.773 1.657 6.745 4.033 7.902 4.727

Incentivos fiscais 800 - 831 - 470 -

Prorrogação de licença maternidade - - 18 - 36 -

Juros sobre capital próprio 1.799 1.080 4.583 2.749 4.837 2.902

Imposto de Renda e CSLL (8.902) (7.046) (18.331) (12.702) (10.207) (6.361)

Ativo fiscal diferido 11.122 6.674 10.429 6.258 1.651 990

Ajuste de crédito tributário - Aumento da CSLL de 15% para 20% 2.220 5.195 - 5.195 - -

Despesa de IR e CSLL 2.220 4.823 (7.902) (1.249) (8.556) (5.371)

*Ajuste de alíquota, em virtude da IN nº 1.591/2015

b) Créditos tributários Os créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias 31.12.2014 Baixa Constituição 31.12.2015

Provisões para créditos de liquidação duvidosa 23.607 (9.416) 25.286 39.477

Provisões para despesas administrativas 389 (511) 652 530

Provisões para desvalorização de títulos livres 878 (30) 706 1.554

Ajuste decorrente da alteração da alíquota de CSLL - - 5.195 5.195

Total 24.874 (9.957) 31.839 46.756

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, Acima de 2020, Total. Rows for Valor nominal, Valor presente.

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período. Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com partes relacionadas A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,98% das ações. Durante o exercício de 2015, a instituição não manteve transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

Table with columns: 2º Semestre/2015, 31.12.2015, 31.12.2014. Rows for Benefícios de Curto Prazo, Diretoria, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal, Outros Benefícios de Longo Prazo, Diretoria, Total.

14 - Contingências Natureza 31.12.2014 Baixa Constituição 31.12.2015

Trabalhista 10 - 16 26

Total 10 - 16 26

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas. Não há contingências passivas classificadas como possíveis que requeiram divulgação em notas explicativas.

15 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e de capital é realizado pela SURIC Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas, unidade ligada diretamente à Presidência. Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível ao público na sede da instituição.

16 - Estrutura de Sistemas A Desenvolve SP desenvolveu modelos e metodologias para que os riscos inerentes às atividades desenvolvidas sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração. Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

17 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco Operacional O MNP - Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria. O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores complementa as ações de controles internos e contribui para a mitigação do risco operacional.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA_{oper}, conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (Bacen).

Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

b) Risco de Mercado O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R_{mc}) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Bacen.

c) Risco de Crédito A Política de Gerenciamento do Risco de Crédito segregava a gestão do crédito, realizada pela Superintendência de Crédito, da gestão do risco de crédito, realizada pela Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{cred}, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644, de 04/03/2013.

d) Risco de Liquidez Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

18 - Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental A Resolução nº 4.327, de 25/04/2014, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), prevê, entre outros, que a PRSA deve estabelecer diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental.

Nesse sentido, a Desenvolve SP aprovou cronograma para a implementação da Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental, com ações a serem cumpridas até setembro de 2016.

19 - Limites Operacionais O Conselho Monetário Nacional, através do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito e operacional, no âmbito de Basileia III.

A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de Reais)**

ADEQUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.036.968
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA (PRRWA)	686.968
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	686.968
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.036.968
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	-
CAPITAL PRINCIPAL	1.036.968
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000
LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	343.484
PARCELA RWA _{CPAD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.113.692
PARCELA RWA _{MPAD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	-
PARCELA RWA _{OPAD} - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	170.042

...continuação - ADEQUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	VALOR (R\$ mil)
PARCELA R _{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	2.834
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO	-
(RWA _{CPAD} + RWA _{MPAD} + RWA _{OPAD})	1.283.734
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO R_{BAN}	542.923
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	339.520
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo = 11%)	53,51%
ÍNDICE DE BASILEIA AMPLIO - inclui RBAN (mínimo = 11%)	52,46%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	53,51%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	53,51%
20 - Outras Informações	
a) Auto de Infração PIS/COFINS	
Em 08 de janeiro de 2014, a Desenvolve SP recebeu o Termo de Início de Fiscalização e Intimação, referente à apuração do PIS e da COFINS, do período compreendido entre fevereiro de 2009 a dezembro de 2011.	

Na conclusão do processo de fiscalização, em 22/05/2014, a Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração no valor de R\$ 19,5 milhões, por insuficiência de recolhimento das contribuições para o PIS e para o COFINS, decorrente da adoção indevida do regime cumulativo. Por julgar improcedente os procedimentos que resultaram nesta autuação, em 20/06/2014 foi apresentada impugnação, junto a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), onde foram expostos os argumentos da Instituição, baseados na legislação vigente, que respaldam os procedimentos adotados na apuração do PIS/COFINS, durante o período em questão (2009 à 2011). Em virtude dos principais pleitos terem sido julgados improcedentes pela DRJ, em 18 de dezembro de 2014 foi apresentado Recurso Voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). No julgamento realizado em 09 de dezembro de 2015, após sustentação oral pela Desenvolve SP, foi solicitado vistas do processo. De acordo com parecer jurídico, a possibilidade de cumprimento do Auto de Infração foi classificada como remota.

DIRETORIA

Milton Luiz de Melo Santos

Julio Themes Neto

Joaquim Elói Cirne de Toledo

Álvaro Sedlacek

Lucivaldo Pereira Lima - Contador - CRC 1SP258038/O-1

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 31/12/2015

1. Apresentação
O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Estatuto Social da Instituição, tendo iniciado oficialmente suas atividades em abril de 2013, com a posse de três membros efetivos, sem mandato fixo.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento. Os integrantes do Comitê de Auditoria são independentes e suas funções são indelegáveis. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo, e o Presidente, escolhido pelos membros e ratificado pelo Conselho de Administração, possui comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria, com ampla experiência em outros órgãos.

Em 02 de fevereiro de 2015, o membro do Comitê de Auditoria Joaquim Eloi Cirne de Toledo renunciou ao cargo, ficando as reuniões do Comitê, durante os meses de fevereiro a junho, funcionando em caráter de exceção, com apenas dois membros.

Em 26 de março de 2015, foi eleito pelo Conselho de Administração, o terceiro membro, Carlos Eduardo Sampaio Lofrano, que assinou o termo de posse em 03 de julho de 2015.

2. Atividades Realizadas no Período

O Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente quatorze vezes no ano de 2015, realizando 82 (oitenta e duas) sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos de negócios. Essas reuniões envolveram os Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição. As atas de reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, assim como são emitidos e encaminhados relatórios das atividades do Comitê de Auditoria, ao final de cada semestre e de cada ano-calendário. As atas de reuniões e os relatórios de atividades permanecem à disposição dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (Bacen).

3. Recomendações Apresentadas à Diretoria e ao Conselho de Administração

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição, as quais se encontram detalhadas em seu relatório analítico com o fito de aperfeiçoar os processos de controles internos e a gestão econômico-

financeira, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas pela administração e foram ou estão sendo implantadas.

4. Avaliação da Efetividade dos Sistemas de Controles Internos

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) têm por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil.

De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Administração com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. Avaliação da Efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos desta data até o presente momento. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de

Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

6. Avaliação da Qualidade das Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, CMN e Bacen.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7. Conclusões

Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pelos Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos Auditores Independentes e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

Jerônimo Antunes - Presidente

Francisco Vidal Luna

Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2015, e a vista do parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

David Polessi de Moraes
Conselheiro

Humberto Baptistella Filho
Conselheiro

Grace Maria Monteiro da Silva Freitas
Conselheira

Isadora Chansky Cohen
Conselheira

Arnaldo Calil Pereira Jardim
Conselheiro

Lídia Goldenstein
Conselheira

Milton Luiz de Melo Santos
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

Márcio Luiz França Gomes
Presidente

Francisco Vidal Luna
Conselheiro

Luiz Carlos Motta
Conselheiro

Roberto Brás Matos Macedo
Conselheiro

José Luiz Ribeiro
Conselheiro

Marcos Antonio Monteiro
Conselheiro

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e ao Acionista da

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e

a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 29 de Fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0